

CONGRESSO INTERNACIONAL “LÍNGUA PORTUGUESA, UMA LÍNGUA DE FUTURO”

Coimbra, 4-7 Dezembro 2015

PESQUISA LINGUÍSTICA EM SOCIEDADES AFRICANAS PÓS-COLONIAIS: SUBSÍDIOS PARA UMA DESCOLONIZAÇÃO DO DISCURSO ACADÉMICO

Perpétua Gonçalves (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)

Tive algumas hesitações antes de me decidir sobre o tema a apresentar neste evento, que honrasse a celebração dos 725 anos da Universidade de Coimbra e também o convite para proferir uma conferência plenária.

Uma coincidência de festejos de datas facilitou uma tomada de decisão: é que, no mesmo ano em que a Universidade de Coimbra celebra 725 anos, os países africanos de língua oficial portuguesa celebram 40 anos de independência. À nossa escala, este é também um marco que já justifica, e merece, uma reflexão sobre os principais acontecimentos que ocorreram neste quase meio século, a nível político, social, económico, cultural e também linguístico.

Na área das línguas, este foi/está a ser um período de grandes mudanças que, no que se refere ao caso específico de Moçambique, temos estado a tentar captar, num exercício estimulante, mas também repleto de desafios e constrangimentos. É sobre alguns destes desafios e constrangimentos da pesquisa linguística, e mais particularmente sociolinguística, que me vou debruçar nesta conferência.

Acredito que alguns dos tópicos que vão ser aqui abordados sejam, pelo menos parcialmente, comuns a outros países africanos que partilham entre si a situação de contacto de línguas, do português com as línguas locais. Contudo, não tendo informação suficiente para fazer este tipo de generalizações, vou apenas falar do que se passa em Moçambique, esperando que esta abordagem seja inspiradora para os investigadores que se debruçam sobre os processos sociolinguísticos em curso nesses países.

Pesquisa sociolinguística em sociedades africanas pós-coloniais

No balanço da pesquisa nos países africanos de língua oficial portuguesa, uma das perguntas que talvez deva ser colocada, passados 40 anos de independência, é se – para além dos desafios e constrangimentos inerentes à atividade de investigação de uma forma geral – esta pesquisa não está também sujeita a um outro tipo de condicionalismos, que designaria como político-ideológicos, que poderão estar a afetar as opções dos linguistas no estabelecimento das suas linhas de trabalho. Dito de outra maneira: será que, nestes países, a não opção por certos tópicos se deve não à sua falta de relevância, mas a fatores históricos, de natureza político-ideológica que embaciam a perceção e seleção de fenómenos e processos significativos? Por exemplo: os dados dos Censos Populacionais realizados no pós-independência de Moçambique (1980, 1997, 2007) põem a descoberto uma questão crítica, relacionada com o declínio das línguas locais bantu, sobretudo nas zonas urbanas: em 1980, a percentagem de recenseados com uma língua materna (L1) bantu era de 98.8%, em 1997 esta percentagem baixou para 93% e, em 2007, era já de 85.2%. Neste processo de redução do número de falantes, algumas línguas mostram estar mais vulneráveis do que outras: está neste caso, por exemplo, a língua ronga falada em Maputo-Província e Maputo-Cidade, cujo número efetivo de falantes era de 172278 em 1997, e que baixou para quase metade, 92799, em 10 anos (cf. Chimbutane 2012). Apesar da sua importância no panorama linguístico nacional, as causas deste fenómeno não foram, até agora, objeto de pesquisa sistemática. Face a este

vazio, algumas questões podem ser colocadas: será que, em Moçambique, ainda não nos ocupámos, de forma consistente, do declínio das línguas bantu por se tratar de um fenómeno relativamente recente e, por conseguinte, pouco visível? Ou será que não o fizemos porque, de alguma maneira, consideramos que não se trata ainda de uma questão crítica? Por outras palavras, e generalizando um pouco mais: será que as opções de pesquisa dos linguistas têm decorrido do facto de estarem afetados por algum tipo de pressão político-ideológica que os “empurra” para determinadas áreas e ofusca a sua perceção da importância de outras? Neste caso específico, será que a falta de atenção ao declínio das línguas bantu moçambicanas decorre(u) de alguma pressão estatal, mesmo que indireta, que, logo desde os primeiros anos de independência, exigiu que os (poucos) linguistas e técnicos de educação se envolvessem no estudo de questões da área da língua portuguesa, a língua oficial e, sobretudo, a língua de “unidade nacional”, em detrimento das línguas locais bantu? Ou será que estes não fizeram frente a uma eventual pressão oficial porque estavam condicionados pelo seu próprio percurso ideológico, que os impedia de detetar a gravidade de certos processos e, por conseguinte, de contrapor alternativas de investigação?

Antes de refletir sobre estas questões, é importante chamar a atenção para o vazio quase total em que, na altura da independência, se encontravam os países africanos, e não apenas Moçambique, a nível da pesquisa linguística, quer sobre o português local, quer sobre as línguas nativas. No período colonial, esta foi uma área totalmente periférica: as línguas locais eram sobretudo (apenas?) estudadas por missionários, e as variedades do português, que emergiam nos vários países também não parecem ter interessado particularmente os investigadores. Por essa razão, tanto quanto é do meu conhecimento, quando estes países ficaram independentes, não havia literatura científica significativa sobre a sua situação linguística. A tornar este cenário ainda mais complexo, nessa altura também quase não havia quadros nacionais com formação superior que pudessem liderar a pesquisa nesta área: no caso de Moçambique, por exemplo, para além de uma meia dúzia de licenciados, não havia em um(a) único(a) mestre ou doutorado(a) com formação em linguística. Apesar de esta situação se ter vindo a alterar significativamente ao longo destes 40 anos de independência, o número de investigadores capazes de realizar pesquisa de qualidade, com reconhecimento no mercado científico internacional, é ainda muito reduzido. Se, a isto, acrescentarmos o facto de, no pós-independência, a maior parte dos países africanos se ter defrontado com complexas questões políticas (em alguns casos, também militares), sociais, e económicas, facilmente se compreende a dificuldade que teve em “arrancar” a investigação científica de um modo geral, e não apenas na área da linguística. As línguas mais penalizadas por esta situação foram, sem dúvida, as línguas locais, cuja valorização, nos primeiros tempos, suscitava, entre os políticos – pelo menos em países multilingues como Moçambique – receios de ruturas de base étnica/tribal: nessa altura, como salienta Honwana (2015: 16), “a confusão entre o mero reconhecimento do espaço cultural e sociológico das formações etnolinguísticas e a prática condenável do *tribalismo* persiste no discurso político. *A tribo deveria morrer para que a nação nascesse* – era o que dizia a palavra de ordem”. Contudo, também a pesquisa sobre o português – apesar de língua “simbólica” (Firmino 2002), de unidade nacional – se ressentia desta penúria de quadros, afetados, durante os primeiros anos, quase exclusivamente, a projetos educacionais (elaboração de manuais escolares, formação de professores, etc.). Em Moçambique, por exemplo, durante os primeiros 10 anos de independência, as questões linguísticas foram relegadas para segundo plano, sendo abordadas, principalmente, por políticos e profissionais ligados à Educação (Maciel & Pascoal 2002).

Se é verdade que o vazio herdado do período colonial e as dificuldades enfrentadas pelos novos países justificam a quase ausência de estudos na área da linguística, também não se pode deixar de referir que algumas lacunas decorrem de outros fatores, entre os quais sobressai o facto de estes países terem uma história ainda muito curta: há fenómenos que, ao longo destes 40 anos, foram ganhando consistência e, portanto, mais visibilidade para os

investigadores, mas cuja importância não era evidente logo nos primeiros anos de independência. Por exemplo, não foi logo evidente para os planificadores e investigadores educacionais o impacto negativo da opção por um ensino exclusivamente monolíngue em português no desenvolvimento da competência linguística nesta língua das crianças com L1 bantu, sobretudo nas zonas rurais. Por essa razão, só depois de quase 20 anos de independência, é que se admitiu que alguns problemas enfrentados pela população escolar decorriam da adoção do modelo monolíngue: em 1993, teve início o “Projecto de Escolarização Bilingue em Moçambique” (PEBIMO), através do qual ficaram provadas as vantagens do uso de línguas locais no curriculum escolar, relativamente a esse modelo (Veja-se Chimbutane 2015, sobre o processo de introdução das línguas locais no ensino em Moçambique).

Este é o quadro geral desta conferência, em que vou apresentar questões relacionadas com o contacto do português com as línguas locais bantu em Moçambique, uma área em que se evidenciam algumas limitações das opções de investigação da comunidade académica, na qual me incluo, e que poderão estar condicionadas por fatores político-ideológicos. Assim, e a título exemplificativo, retomarei a questão do declínio das línguas bantu e abordarei o comportamento da comunidade moçambicana bilingue. Em última instância, espero que esta abordagem estimule a reflexão sobre a pesquisa realizada nestes 40 anos de independência, na área da sociolinguística, e proporcione subsídios em direção a uma descolonização do discurso académico sobre contextos africanos pós-coloniais.

Contacto do português com as línguas locais

Conforme aqui referido, os Censos Populacionais realizados no pós-independência de Moçambique mostram uma perda significativa de falantes de línguas bantu em geral, e assinalam casos específicos mais dramáticos desta perda. Em contrapartida, a percentagem de falantes de português como L1 ou língua segunda (L2) tem vindo a aumentar de forma espetacular: de 24.4% em 1980, passou para 50.4% em 2007. Mia Couto (2010: 30) comenta esta evolução: “fala-se hoje mais português em Moçambique do que na época colonial. O governo moçambicano fez mais pela língua portuguesa do que os 500 anos de colonização.”

É indiscutível que a adoção do português como língua oficial e que as vantagens associadas ao seu conhecimento constituem fatores de relevo no desencadeamento da mudança para esta língua (‘language shift’) e, conseqüentemente, na perda de falantes das línguas locais, como um prenúncio do seu declínio. Este não é um fenómeno específico de Moçambique. A pesquisa noutros contextos similares já apontou várias condições que podem favorecer a mudança para uma língua dominante, como é o caso do português nos novos países africanos. Estão neste caso, por exemplo, mudanças económicas importantes, a urbanização, o prestígio associado a uma língua, etc. (cf. Hoffmann 1991: 189-191). Mufwene (2004: 206) considera que a vitalidade das línguas “não pode ser dissociada dos interesses e atividades socioeconómicos dos seus falantes”. Qual a relevância destes fatores no caso da perda de vitalidade de línguas bantu moçambicanas? Firmino (2002) sugere que o prestígio associado ao português, sobretudo por parte da população urbana, está a condicionar a emergência da nova geração de falantes de português como L1. Muito provavelmente, as atividades socioeconómicas praticadas pelos falantes urbanos de línguas bantu também interferem na sua opção por uma mudança para o português, com conseqüente abandono das suas L1. Até agora, não foram realizados estudos focados especificamente na validade destas ou de outras hipóteses sobre a mudança de língua para o português.¹ E também desconhecemos ainda até

¹ Vejam-se ainda os depoimentos de 6 informantes, recolhidos por Siteo (2014), sobre diferentes aspetos do declínio das línguas bantu de Moçambique.

que ponto essas hipóteses dão conta de situações específicas mais dramáticas, como é o caso, por exemplo, da perda de falantes da língua ronga, já aqui mencionada.

Que razões estarão por detrás do (quase) vazio da pesquisa sobre estas questões sociolinguísticas? O seu carácter recente? A falta de percepção dos linguistas sobre a sua relevância? Ou será que este vazio decorre de condicionalismos político-ideológicos, que limitam as suas opções de pesquisa?

Comportamento (linguístico) da comunidade moçambicana bilingue

A comunidade moçambicana bilingue, com L1 bantu e português L2, registou uma expansão notável desde a independência do país. Os dados dos vários Censos Populacionais mostram que, num período de cerca de 30 anos, a percentagem de falantes bilingues quase duplicou: em 1980, estes representavam pouco mais de 20% (23.2%) e, em 2007, esta percentagem subiu para quase 40% (39.7%). De acordo com Romaine (1989 [1995: 39-40]), o “padrão clássico” para a morte das línguas é aquele em que “uma comunidade que antes era monolíngue se torna bilingue, como um estágio em direção a uma eventual extinção da sua língua original”. Se esta predição for válida para o caso moçambicano, então pode prever-se que a expansão da comunidade moçambicana bilingue também constitui uma ameaça séria para as línguas locais bantu.

Apesar da relevância quantitativa desta comunidade, e apesar do impacto que poderá ter no declínio das línguas bantu, nas diferentes abordagens sobre os falantes de português como L2, estes não têm sido estudados de forma holística, como falantes bilingues propriamente ditos, isto é, não se têm tomado em consideração as diferentes dimensões do bilinguismo (linguística, sociocultural, socioeducacional, psicológica).² O estudo do comportamento de falantes bilingues constitui uma área promissora, que poderá mostrar dimensões, até agora inexploradas, do português como “língua de contacto”, que vão para além dos números. Por exemplo, no que se refere à componente linguística, até hoje, não foi realizada uma análise sistemática da competência comunicativa dos falantes bilingues, que identifique o conjunto de estratégias que utilizam no seu discurso e/ou as motivações que os levam a usá-las. A ilustrar o potencial deste tipo de investigação, transcrevem-se aqui extratos de uma conversa em ronga sobre futebol, entre dois falantes bilingues, ronga-português, que atestam alguns dos recursos linguísticos que estão disponíveis para este tipo de falantes.³

Texto original	Tradução
Cs: ENTÃO, SEMPRE nikumeke nili kuxukuvaleni PORQUE aninyoxi hi svona, ninyoxa hiku <i>equipa</i> yaka kwanga drikumeka drili henhla. Fr: Haaaa, MAS lesvo MESMO asvingenyoxisi mhunu lesvo!	Cs: ENTÃO, SEMPRE tive esta preocupação porque não fico feliz com isso, fico feliz por a minha <i>equipa</i> se encontrar em cima. Fr: Haaaa, MAS isso MESMO não pode agradar a ninguém.
Cs: Hi lava vanga ndzeni ka <i>kampu...vamajogadori</i> yaka kwake. DURANTE A SEMANA, AVHIKI HINKWADRO, wavabzela svaku he vananduwe,	Cs: São aqueles que estão dentro do <i>campo...os</i> seus <i>jogadores</i> . DURANTE A SEMANA, toda a semana, diz-lhes: Ei, meus amigos, aqui estamos

² Só muito recentemente (2015), surgiu o primeiro projeto de investigação, “Comunidade moçambicana bilingue com línguas bantu/L1 e português/L2: Estudo exploratório”, através do qual se pretende fazer o primeiro diagnóstico geral do comportamento da comunidade moçambicana bilingue. Este projeto enquadra-se no programa de pesquisa da Cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira (Universidade Eduardo Mondlane/Camões - Instituto da Copoperação e da Língua). Sobre os objetivos do projeto e metodologia, veja-se <http://www.catedraportugues.uem.mz/?target=comunidade-mocambicana-bilingue>.

³ Dados cedidos por Félix Tembe (Universidade Eduardo Mondlane), a quem também agradeço o apoio na tradução para português.

lana hi le <i>matreino</i>, kutani matrenu lawa i para <i>hiproduzira</i> akuva hi SÁBADO OU DOMINGO...	nos <i>treinos</i>, portanto estes treinos é para <i>produzirmos</i> para que no SÁBADO OU DOMINGO ...
Fr: Hikusa vani <i>derrota</i>, vava ni <i>empate</i> svosvi...hi kuvona kwanga i <i>tiponto</i> tirharhu leti vatiluzeke, kambe JÁ vakombela nhloko ya ka kwake...Awusvivoni svaku ingi vokahlulisa hi ntamu? Cs: Isvona, vokahlulisa hi ntamu hikusa vone DEVIAM vani <i>paciencia</i>, vani <i>paciencia</i> yaku vanyimela ku PELO MENOS akumeka nawayencile, TALVEZ, lomuya ka QUATRO OU CINCO wa <i>majogo</i>.	Fr: Porque tiveram <i>derrota</i> (foram derrotados), tiveram <i>empate</i> (empataram) agora... a meu ver, são três <i>pontos</i> que perderam, mas JÁ pedem a cabeça dele...não achas que parece que estão a andar depressa demais? Cs: É verdade, estão a andar muito depressa porque deviam ter <i>paciência</i>, ter <i>paciência</i> de esperar até que PELO MENOS tenham feito TALVEZ, aí perto de QUATRO OU CINCO jogos.

Formalismo - Alternância de códigos: em MAIÚSCULAS; empréstimos: em *itálico*

Provavelmente, devido ao facto de o futebol não ser um desporto que faz parte da tradição africana, na conversa ocorre um grande número de empréstimos do português (cf. *vamajogadori* ('jogadores'), *matreino* ('treinos'), *tiponto* ('pontos'), etc.). Além disso, observam-se numerosos casos de alternância de códigos ('codeswitching'), seja através do uso de palavras gramaticais do português (conjunções (PORQUE, OU), advérbios (JÁ, TALVEZ), verbo modal (DEVIAM), etc.), seja inserindo expressões mais complexas (cf. JÁ A FINAL DE SEMANA, SÁBADO OU DOMINGO)⁴. Num dos casos, observa-se ainda um fenómeno interessante, em que, imediatamente a seguir à mudança de código (cf. DURANTE A SEMANA), o informante dá um equivalente da expressão em ronga (cf. DURANTE A SEMANA, *avhiki hinkwadro*). Este breve exemplo ilustra dimensões do uso do português que não costumam ser mencionadas quando se aborda o uso desta língua nos países africanos de língua portuguesa.

Tanto quanto é do meu conhecimento, os investigadores que trabalham em análise do discurso não se debruçaram, até hoje, sobre as estratégias usadas na comunicação por falantes moçambicanos bilingues, português/língua bantu. Estará correcto interpretar este vazio da pesquisa como evidência de condicionalismos político-ideológicos, que limitam as opções dos linguistas? Ou será que ele decorre, como foi já aqui sugerido, de facto de a comunidade bilingue se ter formado recentemente, pelo que a sua importância não é ainda evidente?

Da importância da descolonização do discurso académico

Como foi referido, os 40 anos de independência dos novos países africanos caracterizam-se por grandes (catastróficas?) mudanças na sua situação linguística. Neste contexto, que papel pode ter a pesquisa no desenho do futuro linguístico destes países? Como é que esta pesquisa pode contribuir para a definição de políticas linguísticas e educacionais adequadas a contextos multilingues e multiculturais?

Com as questões aqui apresentadas, sobre o declínio das línguas bantu e o comportamento linguístico da comunidade moçambicana bilingue, espero ter mostrado a importância da investigação no conhecimento da situação linguística dos novos países africanos. Espero também ter alertado para a necessidade de "descolonizar" o discurso académico, isto é, de a comunidade científica se libertar de eventuais constrangimentos político-ideológicos,

⁴Embora não integrados em projetos sobre o bilinguismo, há já alguns estudos sobre o recurso à alternância de códigos português/línguas bantu em Moçambique por falantes bilingues. Cf. Stroud (2004) ou Chimbutane (2013).

investindo (mais) no estudo de fenómenos/processos com um papel importante no futuro linguístico destes países.

A divulgação dos resultados deste tipo de pesquisa pode também contribuir para alertar a comunidade internacional para aspetos que esta parece desconhecer. Por exemplo, como se viu, os dados estatísticos já disponíveis sobre a evolução da situação linguística de Moçambique⁵ mostram, do ponto de vista demográfico, um declínio das línguas locais, denunciando que estas, provavelmente, se estão a tornar também minoritárias quanto ao seu valor e estatuto social, ameaçando assim o património linguístico (e também cultural) deste país. Contudo, até ao momento presente, quando se apresenta a posição do português entre as línguas mais faladas no mundo, parece haver algum alheamento do impacto da sua expansão no declínio das línguas locais nos países africanos. Ainda ouvimos muitos discursos de glorificação do português, como “língua de disseminação planetária” (Lopes & Peixinho 2012), sem que se faça alguma referência à perda de diversidade linguística - não só nos países africanos, mas também no Brasil - que está associada à expansão desta língua. Será que, ao fazer esta glorificação do português, não se tem consciência desta faceta glotofágica? Será que se desconhece o impacto da adoção do português como língua oficial na “esperança de vida” das línguas nativas locais desses países? Ou haverá, por detrás do silêncio sobre esta questão, uma agenda (escondida) mais “sofisticada”? Por exemplo, Margarido (2000: 28) interpreta esta glorificação da língua portuguesa como decorrendo de uma estratégia política: “Portugal passou a ser um país pequeno, mas dispondo de um agente específico, a língua portuguesa, que lhe permite recuperar a sua “grandeza”. Trata-se de uma prótese singular, mas que começa a revelar-se eficaz, permitindo recuperar – de maneira quase glotofágica – as culturas dos Outros.”.

Não temos respostas para muitas das questões aqui colocadas, que, em última instância, procuram, sobretudo, proporcionar subsídios para uma reflexão sobre a necessidade de uma descolonização do discurso académico que tem sido produzido sobre contextos africanos pós-coloniais.

O declínio das línguas africanas é, sem dúvida, uma questão crítica, cujos contornos precisam de ser estudados e divulgados. Gostaria de aproveitar a oportunidade que me foi dada, de intervir numa conferência como esta, em que se pretende refletir sobre o “Português, língua de futuro”, para apresentar algumas reflexões pessoais sobre esta questão.

Na minha opinião, a abordagem quantitativa vs qualitativa dos falantes de português está-nos a fazer perder uma oportunidade de redimensionar o português em contexto africano: ainda falamos demasiado, ou melhor, ainda nos congratulamos demasiado com o aumento do número de falantes de português, numa perspectiva descontextualizada da realidade linguística dos países africanos.

A médio/longo prazo, não parece exagerado considerar que, nestes países, a evolução da sua situação linguística anuncia um cenário idêntico, por exemplo, ao da Europa ocidental, em que a construção dos estados modernos teve também consequências desastrosas para algumas línguas, que se foram tornando cada vez mais minoritárias. Hoje, várias instituições europeias defendem políticas linguísticas de proteção da diversidade linguística dos seus países, considerada “um ativo precioso que deve ser preservado e protegido”, e reconhecem que as “línguas minoritárias” constituem um aspeto “ameaçado” do património cultural europeu (cf. Extra & Yağmur 2012: 21).

⁵ Vale a pena assinalar o caso de São Tomé e Príncipe onde, a percentagem de falantes de português tem vindo a aumentar de forma espectacular, em detrimento das línguas locais: em 1981, estes representavam 62.6% da população, em 1991 esta percentagem aumentou para 80% e, em 2012, era já de 90.9% (Dados do Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe, in R. Gonçalves & Hagemeyer (2015)).

Não poderíamos/deveríamos começar já tirar lições do passado e estabelecer políticas linguísticas de prevenção da perda de diversidade linguística dos países africanos? Ou será que temos que esperar que as línguas locais entrem verdadeiramente em fase crítica e, só então, estabelecer medidas de resgate para elas? Este é, obviamente, um problema com o qual cada Estado-Nação africano tem de lidar, de forma a encontrar os seus próprios caminhos e definir as políticas linguísticas mais apropriadas.

Na verdade, aprender português nestes países não precisa de estar associado a um processo de regressão linguística, pois nada impede que o português seja acrescentado ao repertório linguístico dos falantes. Nos países africanos, a opção pelas línguas ex-coloniais como línguas oficiais não tem necessariamente de implicar processos glotofágicos das línguas locais, que ponham em causa a sua diversidade linguística. Mudanças significativas nas políticas linguísticas e nas dinâmicas socioeducacionais, podem, se não impedir, pelo menos, moderar o ritmo de declínio dessas línguas.

Trata-se, em última instância, de compreender que medidas podem ser tomadas para que se criem condições que permitam que a aquisição do português ocorra sem custos para o conhecimento e vitalidade das línguas locais ou, dito de outra maneira, que permitam que o português (e outras línguas) seja(m) acrescentado(s) ao repertório linguístico dos falantes. Como referem Hyltenstam & Viberg (1997: 6), a razão principal para desistir de uma língua é a transferência extensiva das suas funções para uma outra língua (*extensive functional reallocation*). Trata-se, pois, de encontrar e implementar estratégias que limitem a transferência das funções das línguas locais para o português, devido à pressão exercida pelo seu uso extensivo.

Além disso, como refere Romaine (1989 [1995]), as atitudes dos falantes para com as línguas não permanecem constantes ao longo do tempo, existindo um conjunto variado de fatores que podem influenciar estas mudanças. Pode, pois, acreditar-se que, mesmo que, atualmente, nos países africanos, dominem atitudes negativas para com as línguas locais, essa situação pode ser revertida, desde que se criem condições para que tanto estas línguas como o português sejam vistos como símbolos, igualmente válidos, da africanidade.

Neste processo de valorização das línguas locais, é importante tomar em consideração o alerta de Firmino (2015: 130-131) que, referindo-se ao caso de Moçambique, afirma: “as reivindicações no sentido rever o papel e o estatuto das línguas ex-coloniais face às línguas autóctones, como forma de corrigir as desigualdades sociais na África pós-colonial podem estar equivocadas. Elas incidem sobre a língua como tal, e não sobre outras questões políticas, económicas e sociais que sustentam a reprodução das desigualdades sociais. (...) A solução dos problemas associados ao desenvolvimento nacional não reside na mera gestão da diversidade linguística. A gestão da diversidade linguística será uma solução na medida em que se relacione com a gestão de outros aspectos da sociedade, de que é reflexo.”

A interdependência entre questões linguísticas e questões políticas, económicas e sociais na gestão da vida nacional aponta para a responsabilidade dos linguistas na produção de conhecimento científico que possa fundamentar adequadamente as decisões políticas. Parafraseando as palavras de Frantz Fanon (1969 [1961]: 162) sobre o “homem de cultura colonizado”, escritas há mais de 50 anos, pode dizer-se que, nos países africanos de língua oficial portuguesa, “a responsabilidade dos linguistas (não colonizados) não é uma responsabilidade perante as línguas nacionais, é uma responsabilidade global para com a nação global, de que, em última instância, as línguas não são senão uma parte.”⁶

⁶ Texto original: “la responsabilité de l’homme de culture colonisé n’est pas une responsabilité en face de la culture nationale, mais une responsabilité globale à l’égard de la nation globale, dont la culture n’est, somme toute, qu’un aspect.”

Teremos avançado muito pouco se, depois de 40 anos de independência, não formos capazes de compreender a necessidade de colocar, de forma consistente, a pesquisa linguística ao serviço do desenvolvimento das comunidades dos nossos jovens países africanos.

REFERÊNCIAS

- Chimbutane, Feliciano (2012) *Panorama linguístico de Moçambique: Análise dos dados do III Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Chimbutane, Feliciano (2013) Codeswitching in L1 and L2 learning contexts: Insights from a study of teacher beliefs and practices in Mozambican bilingual education programs. *Language and Education*, 27 (4): 314-328.
- Chimbutane, Feliciano (2015) Línguas e educação em Moçambique: Uma perspectiva sócio-histórica. In Perpétua Gonçalves & Feliciano Chimbutane (orgs) *Multilinguismo e multiculturalismo em Moçambique: Em direcção a uma coerência entre discurso e prática* (pp. 35-75). Maputo: Alcance Editores.
- Couto, Mia (2010) Luso-aphonies, la lusophonie entre voyages et crimes. In *Et si Obama était africain?*, pp. 17-38. Paris: Chandeigne.
- Extra, Guus & Yağmur, Kutlay (2012) *Language rich Europe: Trends in policies and practices for multilingualism in Europe*. Cambridge: British Council/Cambridge University Press.
- Fanon, Frantz (1969 [1961]) *Les damnés de la terre*. Paris: Petite Collection Maspéro.
- Firmino, Gregório (2002) *A “questão linguística” na África pós-colonial: O caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Promédia.
- Firmino, Gregório (2015) Diversidade linguística e desenvolvimento nacional: Questões sobre política linguística em Moçambique. *Revista Científica da UEM*, v. 1 (1), Edição Especial: 121-132.
- Gonçalves Rita & Hagemeyer, Tjerk (2015) O português num contexto multilingue: O caso de São Tomé e Príncipe. *Revista Científica da UEM*, v. 1 (1), Edição Especial: 88-108.
- Hoffman, Charlotte (1991) *An introduction to bilingualism*. London, New York: Longman.
- Honwana, Luís Bernardo (2015) A rica nossa cultura. In Perpétua Gonçalves & Feliciano Chimbutane (orgs) *Multilinguismo e multiculturalismo em Moçambique: Em direcção a uma coerência entre discurso e prática*, pp. 7-22. Maputo: Alcance Editores.
- Hyltenstam, Kenneth & Viberg, Å. (1997) Linguistic progression and regression. In Kenneth Hyltenstam & Å. Viberg (eds) *Progression and regression in language: Sociocultural, neuropsychological & linguistic perspectives*, pp. 3-36. Cambridge: Cambridge University Press.
- Maciel, Carla e Joaquina Pascoal (2002) Produção científica sobre o português de Moçambique. In Armindo Ngunga, Samima Patel, Inocência Pereira e Aurélio Simango (orgs) *Investigação em ciências sociais e humanas: Situação actual e perspectivas*, pp. 71-93. Maputo: Livraria Universitária/ Universidade Eduardo Mondlane.
- Margarido, Alfredo (2000) *A lusofonia e os lusófonos: Novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Mufwene, Salikoko (2004) Language Birth and Death. *Annual Review of Anthropology*, 33: 201-222.
- Poço Lopes, Isabel & Peixinho, Ana Teresa (2011) *Acordo ortográfico 2011: O que mudou no português europeu*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Romaine, Suzanne (1989 [1995]) *Bilingualism*. 2ª edição. Oxford, Cambridge: Blackwell.
- Sitoe, Bento (2014) Línguas moçambicanas, como estamos?. In Carlos Serra (org.) *Estão as línguas nacionais em perigo?*, pp. 37-75. Maputo: Escolar Editora.
- Stroud, Christopher (2004) The performativity of codeswitching. *International Journal of Bilingualism*, 8 (2): 145-166.